

## Moção

### “Contra a destruição dos serviços públicos”

O Governo pretende dismantlar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a ‘racionalização’ do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.

É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei nº 133/2013 ou que enformam o recente “Guião para a reforma do Estado”, mantém como intenção objectiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.

Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos sectores de actividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.

Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes sectores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.

Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:

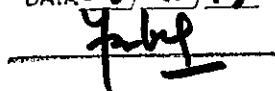
- 1 – Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objectivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;
- 2 – Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;
- 3 – Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP – Movimento dos Utentes de Serviços Públicos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ENT. 2503/SG/DAOSM/GAAM/13

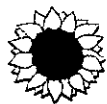
DATA 25/11/13 (109304)



Partido Ecologista «Os Verdes»

Assembleia Municipal de Lisboa, Av. de Roma, nº 14, P 3 - 1000-265 Lisboa  
Tel: 218 170 426 - Fax: 218 170 427 - E-mail: [aml.osverdes@cm-lisboa.pt](mailto:aml.osverdes@cm-lisboa.pt)  
Blogue AML: <http://pev.am-lisboa.pt> - Blogue Lisboa: <http://osverdesemlisboa.blogspot.pt>

1/2



**Grupo Municipal do  
Partido Ecologista  
«Os Verdes»**



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA**

Assembleia Municipal de Lisboa, 26 de Novembro de 2013

O Grupo Municipal do **Partido Ecologista «Os Verdes»**

*Cláudia Madeira*

Cláudia Madeira

*J. L. Sobreda Antunes*

J. L. Sobreda Antunes

## **Cristina Ventura**

---

**De:** aml.osverdes <aml.osverdes@cm-lisboa.pt>  
**Enviado:** quinta-feira, 5 de Dezembro de 2013 17:53  
**Para:** Cristina Maximiano  
**Assunto:** Contacto do MUSP - Movimento de Utentes dos Serviços Públicos

**Importância:** Alta

Olá Cristina,

envio os e-mails do MUSP - Movimento de Utentes dos Serviços Públicos (**Moção nº 13 - “Contra a destruição dos serviços públicos”**)

- [arquivo.musp@gmail.com](mailto:arquivo.musp@gmail.com)

- [movimentoutentes@gmail.com](mailto:movimentoutentes@gmail.com)

Para poder enviar a referida Moção.

Obrigado. Ricardo Fernandes

---

### **Grupo Municipal do Partido Ecologista «Os Verdes»**

Assembleia Municipal de Lisboa  
Av. de Roma, nº14 - P 3  
1000 - 265 Lisboa  
Portugal  
Telf.: +351 218 170 426 – Fax: +351 218 170 427  
Site: <http://www.am-lisboa.pt/partidos-politicos/pev/pagina-inicial.html>  
E-mail: [aml.osverdes@cm-lisboa.pt](mailto:aml.osverdes@cm-lisboa.pt)

Ao  
Movimento dos Utentes de Serviços  
Públicos  
Praça dos Restauradores, 78 - 3º.  
1250 -188 Lisboa

Sua referência

Sua data

Nossa referência

Data

OF/1406/AML/13

06-12-2013

**Assunto:** Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 13

---

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

***“Contra a destruição dos serviços públicos”***

*O Governo pretende dismantelar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a ‘racionalização’ do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.*

*É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei nº 133/2013 ou que enformam o recente “Guião para a reforma do Estado”, mantém como intenção objectiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.*

*Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos sectores de actividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.*

*Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes sectores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.*

*Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista (PEV) da Assembleia Municipal de Lisboa Verdes», a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:*

Proc. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_

*1 – Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objectivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;*

*2 – Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;*

*3 – Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP – Movimento dos Utentes de Serviços Públicos.”*

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente**



**Helena Roseta**

CV

Exm<sup>o</sup> Senhor  
Dr. Pedro Filipe Soares  
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Bloco  
de Esquerda

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data
		OF/1405/AML/13	06-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 13

---

Levo ao conhecimento de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

***“Contra a destruição dos serviços públicos”***

*O Governo pretende dismantelar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a ‘racionalização’ do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.*

*É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei nº 133/2013 ou que enformam o recente “Guião para a reforma do Estado”, mantém como intenção objectiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.*

*Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos sectores de actividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.*

*Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes sectores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.*

*Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:*

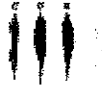
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**

Proc. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ENT 50/SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 03/01/2014

\_\_\_\_\_  
*Alpes*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA

PRESIDENTE

- 1 – Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objectivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;*
- 2 – Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;*
- 3 – Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP – Movimento dos Utentes de Serviços Públicos.”*

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente**

**Helena Roseta**

CV

  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA  
PRESIDENTE

Exm<sup>o</sup> Senhor  
Dr.<sup>a</sup> Heloísa Apolónia  
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido  
Ecologista "Os Verdes"

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data
		OF/1404/AML/13	06-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção n<sup>o</sup> 13

---

Levo ao conhecimento de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

***“Contra a destruição dos serviços públicos”***

*O Governo pretende dismantelar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a ‘racionalização’ do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.*

*É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei n<sup>o</sup> 133/2013 ou que enformam o recente “Guião para a reforma do Estado”, mantém como intenção objectiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.*

*Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos sectores de actividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.*

*Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes sectores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.*

*Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_

ENTRADA SG/DADSM/GAAM/13

DATA 13/12/2013

*Mes*



*1 – Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objectivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;*

*2 – Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;*

*3 – Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP – Movimento dos Utentes de Serviços Públicos.”*

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente**



**Helena Roseta**

CV

  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA  
PRESIDENTE

Exmº Senhor  
Dr. Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do CDS-  
PP

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data
		OF/1403/AML/13	06-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 13

---

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

***“Contra a destruição dos serviços públicos”***

*O Governo pretende desmantelar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a ‘racionalização’ do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.*

*É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei nº 133/2013 ou que enformam o recente “Guião para a reforma do Estado”, mantém como intenção objectiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.*

*Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos sectores de actividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.*

*Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes sectores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.*

*Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:*

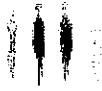
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Prog. \_\_\_\_\_

ENT. 02/NSG/DAOSM/GAAM/13

DATA 13/12/2013

*[Handwritten signature]*



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA**

**PRESIDENTE**

- 1 – Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objectivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;*
- 2 – Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;*
- 3 – Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP – Movimento dos Utentes de Serviços Públicos. ”*

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente**

**Helena Roseta**

CV

  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA  
PRESIDENTE

Exmº Senhor  
Dr. João Oliveira  
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido  
Comunista Português

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data
		OF/1402/AML/13	06-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 13

---

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

**“Contra a destruição dos serviços públicos”**

*O Governo pretende dismantelar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a ‘racionalização’ do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.*

*É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei nº 133/2013 ou que enformam o recente “Guião para a reforma do Estado”, mantém como intenção objectiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.*

*Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos sectores de actividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.*

*Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes sectores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.*

*Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**

Proc. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_

ENT 49 /SG/DAOSM/GAAM/ 14



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA

PRESENTE

- 1 – *Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objectivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;*
- 2 – *Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;*
- 3 – *Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP – Movimento dos Utentes de Serviços Públicos.”*

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente**

**Helena Roseta**

CV

  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA  
PRESIDENTE

Exm<sup>o</sup> Senhor  
Dr. Alberto de Sousa Martins  
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido  
Socialista

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data
		OF/1401/AML/13	06-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 13

Levo ao conhecimento de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

**“Contra a destruição dos serviços públicos”**

*O Governo pretende dismantelar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a ‘racionalização’ do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.*

*É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei nº 133/2013 ou que enformam o recente “Guião para a reforma do Estado”, mantém como intenção objectiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.*

*Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos sectores de actividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.*

*Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes sectores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.*

*Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_

ENT 48 /SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 03/01/2014

\_\_\_\_\_  
1908



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA

PRESIDENTE

*1 – Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objectivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;*

*2 – Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;*

*3 – Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP – Movimento dos Utentes de Serviços Públicos.”*

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente**

**Helena Roseta**

CV

  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA  
PRESIDENTE

Exmº Senhor  
Dr. Luís Filipe Montenegro Cardoso de  
Morais Esteves  
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido  
Social Democrata

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data
		OF/1400/AML/13	06-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 13

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

**“Contra a destruição dos serviços públicos”**

*O Governo pretende dismantelar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a ‘racionalização’ do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.*

*É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei nº 133/2013 ou que enformam o recente “Guião para a reforma do Estado”, mantém como intenção objectiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.*

*Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos sectores de actividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.*

*Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes sectores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.*

*Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_

ENF 2703/SG/DAOSM/GAAM/ 13

*Mes*



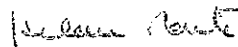
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA

PRESIDENTE

- 1 – *Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objectivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;*
- 2 – *Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;*
- 3 – *Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP – Movimento dos Utentes de Serviços Públicos.”*

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente**



**Helena Roseta**

CV

Exmº Senhor  
Dr. Pedro Passos Coelho  
M.I. Primeiro Ministro

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data
		<b>OF/1399/AML/13</b>	06-12-2013

**Assunto:** Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 13

---

Excelência,

Levo ao conhecimento de Vª Excelência, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

**“Contra a destruição dos serviços públicos”**

*O Governo pretende desmantelar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a 'racionalização' do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.*

*É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei nº 133/2013 ou que enformam o recente “Guião para a reforma do Estado”, mantém como intenção objectiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.*

*Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos sectores de actividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.*

*Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes sectores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.*

*Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

PROC. \_\_\_\_\_

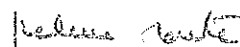
*1 – Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objectivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;*

*2 – Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;*

*3 – Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP – Movimento dos Utentes de Serviços Públicos.”*

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente**



**Helena Roseta**

CV